



Luta de Classes e Insurgências no Brasil

Relatório de Pesquisa Número 01 – Perfil demográfico e socioeconômico dos manifestantes e o mito da classe média

Núcleo de Estudos do Poder-UFRRJ, Março de 2015

Autor: Andrey Cordeiro Ferreira, professor adjunto DDAS-CPDA-UFRRJ

Introdução

Apresentamos aqui dados parciais de uma pesquisa intitulada “Luta de Classes e Insurgências no Brasil”, realizada pelo NEP-UFRRJ, sobre os protestos de junho de 2013 no Brasil e seus desdobramentos, especialmente as greves e manifestações de rua de 2014.

O impacto do levante de junho de 2013 na sociedade brasileira ainda está sendo dimensionado. O fato é que tais protestos imediatamente produziram diferentes tipos de discursos e reflexão teórico-política. Duas coletâneas expressam os pontos de vista que foram imediatamente elaborados para interpretar os protestos de junho: “Cidades Rebeldes”, coleção organizada pela boitempo editorial no ano de 2013, reúne abordagens marxistas; e “Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado”, que agrega uma visão liberal sobre os acontecimentos. De maneira geral, as reflexões sobre junho de 2013 não foram precedidas de uma pesquisa sobre a estrutura social e nem mesmo sobre as condições concretas das atividades dos grupos que nele tomaram parte. Grande parte das análises está calcada em pesquisas de opinião e análises de organismos governamentais e do governo federal, que são tomados frequentemente não como fontes de informação, mas como ponto de partida em si mesmo inquestionado e inquestionável sobre a estrutura e dinâmica socioeconômica brasileira.

Por isso a pesquisa tentou romper com essa informação de caráter político-jornalístico e das amarras cognitivas impostas pelo tipo de pesquisa de opinião empresarial e pelos dados organizados pelos organismos governamentais. Estamos tentando alcançar o perfil socioeconômico de parcelas dos atores sociais que estiveram nas ruas em 2013, mas cuja ação histórica não começou nem se encerrou ali. Os dados aqui reunidos começa a esboçar o perfil socioeconômico, cultural e da atividade política desses atores na sociedade.

Dessa forma a pesquisa aqui realizada foi orientada para ver em que medida as duas hipóteses principais acerca dos protestos de junho, que aparecem nos discursos de instituições estatais,

imprensa e mesmo no discurso teórico, tem validade: 1º) que os protestos de junho tinham sido realizados por uma “classe média” criada pelo próprio governo e sua política econômica, e não pela classe trabalhadora ou “pobres”; 2) que os protestos não tinham conteúdo político, o que os tornava vulneráveis à “fascistização” ou conservadorismo. Dessa forma, essas hipóteses, compartilhadas em maior ou menor grau por quase todos os analistas e setores da política brasileira, induzem a uma certa visão da estrutura socioeconômica, de que o Brasil é um país com uma “classe média pujante” e ao mesmo tempo sobre a atividade política (que a ação que nega determinadas formas de representação é “autoritária”). Essas hipóteses são, no nosso entendimento, negadas pelos dados quantitativos e qualitativos que estamos obtendo na pesquisa. Aqui apresentamos uma parte dos dados quantitativos exatamente para auxiliar na reflexão crítica sobre o tema.

2 - A metodologia

A pesquisa aqui apresentada está sendo realizada utilizando diferentes tipos de técnica, pesquisa bibliográfica, observação participante, pesquisa documental e aplicação de questionários e entrevistas. O questionário foi construído então tomando por base elementos da pesquisa qualitativa e da pesquisa teórica sobre o tema, sendo referenciados à totalidade da pesquisa e devendo assim serem entendidos. Fundamentalmente, seguimos o pressuposto da necessidade de co-relacionar condições materiais (variável demográfica e socioeconômica) com imateriais ou subjetivas, a visão de mundo, experiência e cultura (expressos nas variáveis sobre comportamento político e cultura). A estrutura do questionário reflete esse pressuposto da sociologia dialética.

Os questionários que produziram os dados aqui apresentados foram realizadas eletronicamente, por meio da plataforma surveymonkey, sendo iniciada em dezembro de 2014. A plataforma permite diferentes tipos de distribuição do questionário.

Em 12 de março de 2015 temos 285 entrevistados, de diferentes estados do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Brasília, Bahia, Pernambuco. As pesquisas realizadas anonimamente com questionário composto por 53 questões permitia a não resposta para vários de seus itens. A meta é construirmos uma amostra de mil questionários distribuídos pela macrorregiões do país de forma a ter uma visão efetivamente nacional. As respostas foram assim distribuídas:

A Web Link

Respostas: 269

M Email Invitation 1

Respostas: 2

M Email Invitation 2

Respostas: 7

Ñ Facebook Post 1

Respostas: 7

Desde 07/12/2014

O maior número de respostas foi obtido por meio do link da web no site do NEP. Isso garante uma maior impessoalidade na distribuição dos pesquisados. Além disso, fizemos divulgação em diferentes páginas do Facebook (em grupos de mídia, ativistas, associações como a Sociedade Brasileira de Sociologia e outras). Divulgamos o questionário para diversas categorias ocupacionais, como estudantes, professores, garis, petroleiros e outras categorias de trabalhadores. Esse questionário está basicamente refletindo então a diversidade regional e ocupacional de assalariados. Ainda pretendemos fazer um levantamento sobre o setor empresarial.

Os dados aqui apresentados são resultados de uma tabulação preliminar e apenas totalizam as respostas de cada questão. Pretendemos no futuro realizar co-relações e gráficos mais complexos, de forma a dar uma visão mais acurada dos mesmos.

3 - Dados e comentários

Apresentamos aqui alguns dados que caracterizam o universo de pesquisados. Primeiramente, em função de seu perfil demográfico (idade, ascendência, gênero e sexualidade, família); depois apresentamos alguns dados sobre o perfil socioeconômico dos pesquisados (renda, moradia, inserção no mercado de trabalho, escolaridade, endividamento). Ficarão para futuros relatórios de pesquisa apresentamos os dados sobre a atividade sociopolítica e cultural que ajudam a compreender determinadas características de ação e percepção de mundo dos pesquisados que participaram dos protestos.

3.1 – Perfil demográfico dos pesquisados

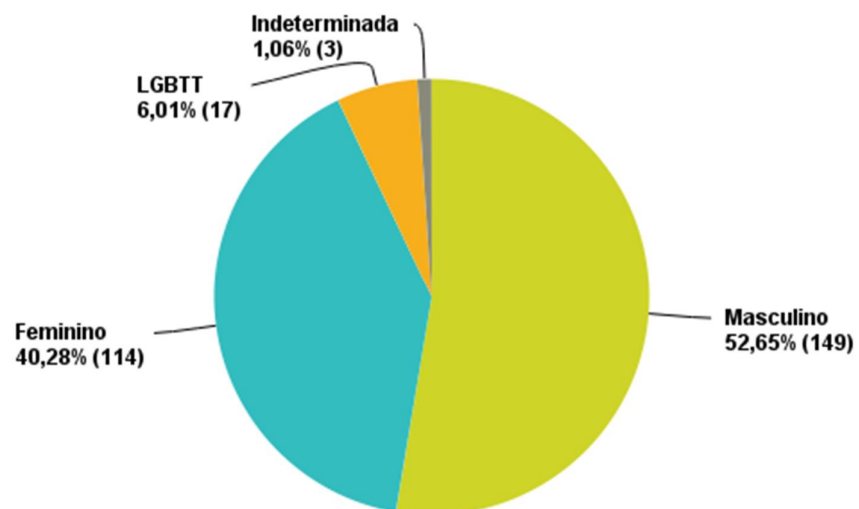


Figura 1 - Gênero e sexualidade

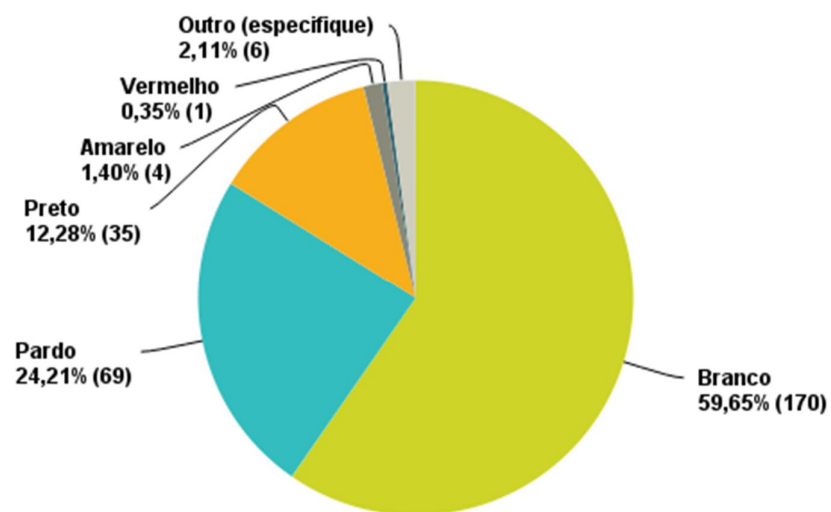


Figura 2 – Cor

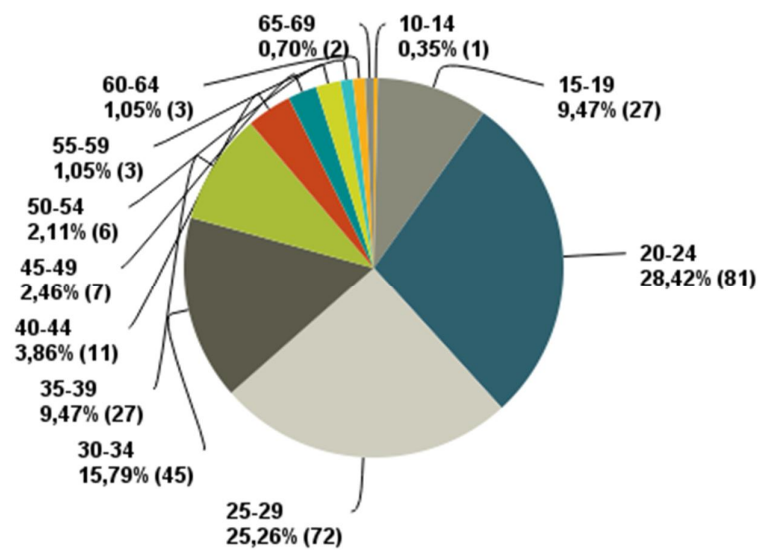


Figura 3 – Idade

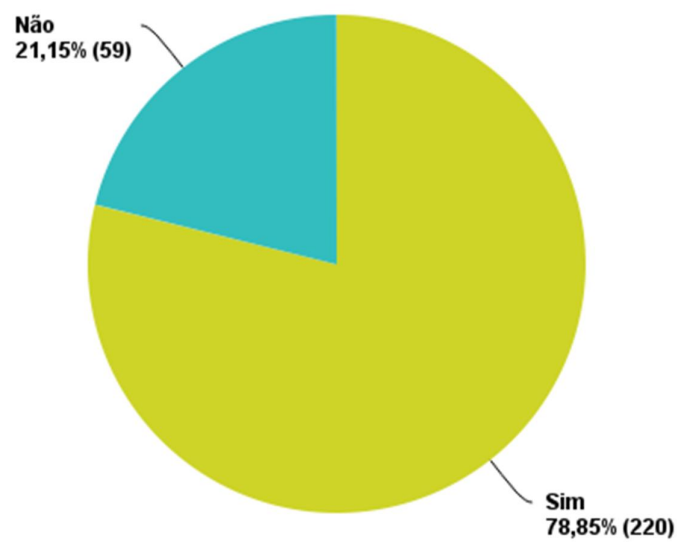


Figura 4–Mora na UF de nascimento

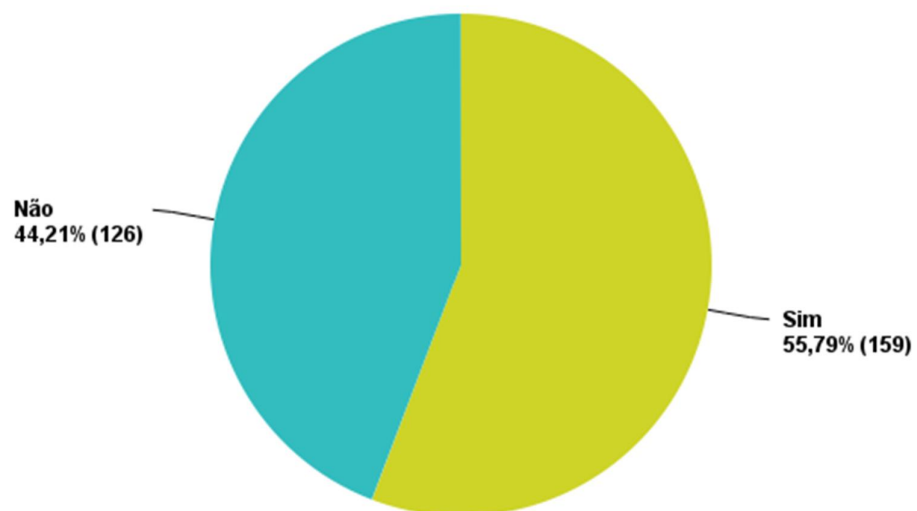


Figura 5—Mora na mesma cidade de nascimento

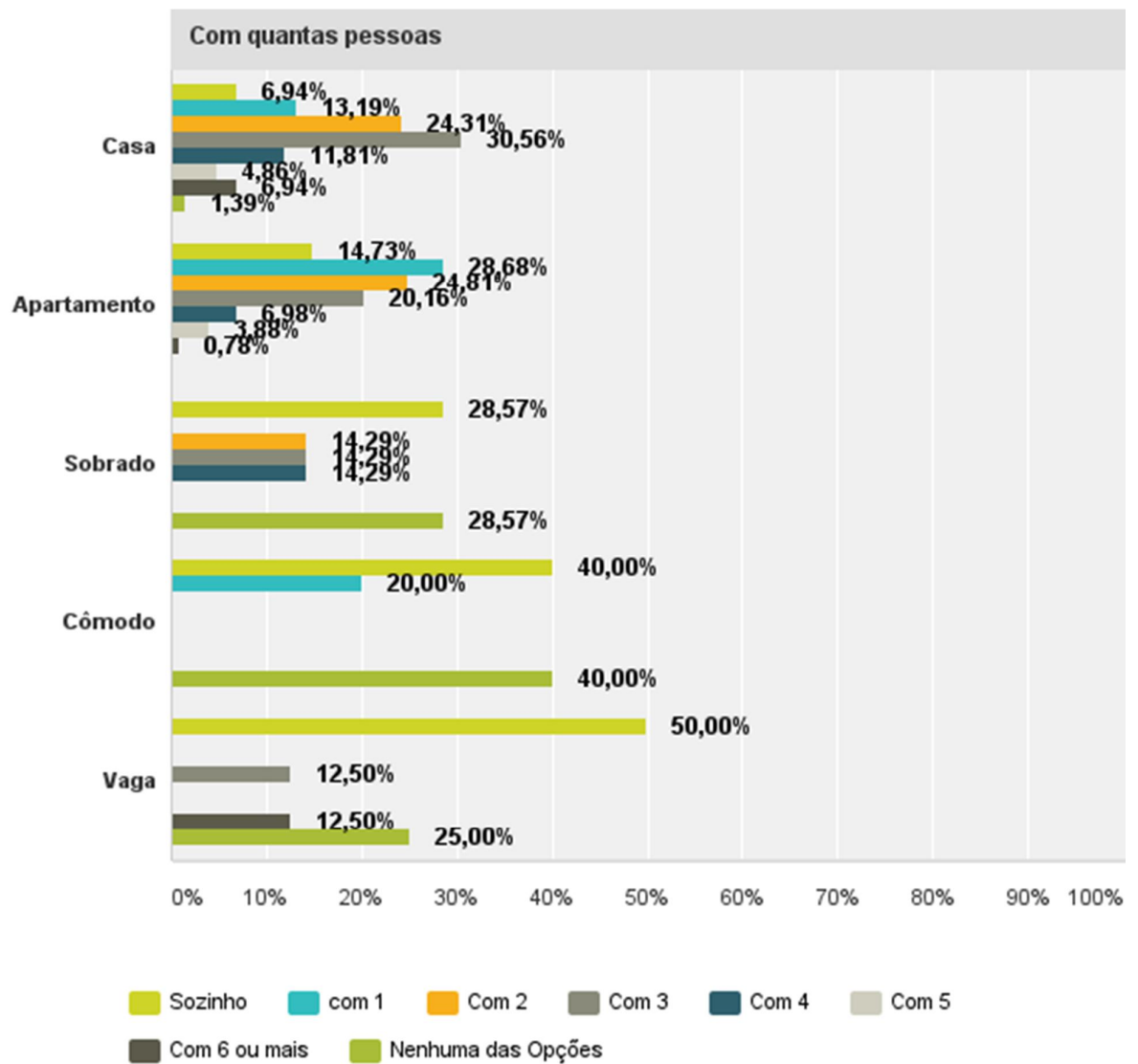


Figura 6 - Estrutura do grupo doméstico: tipo de residência

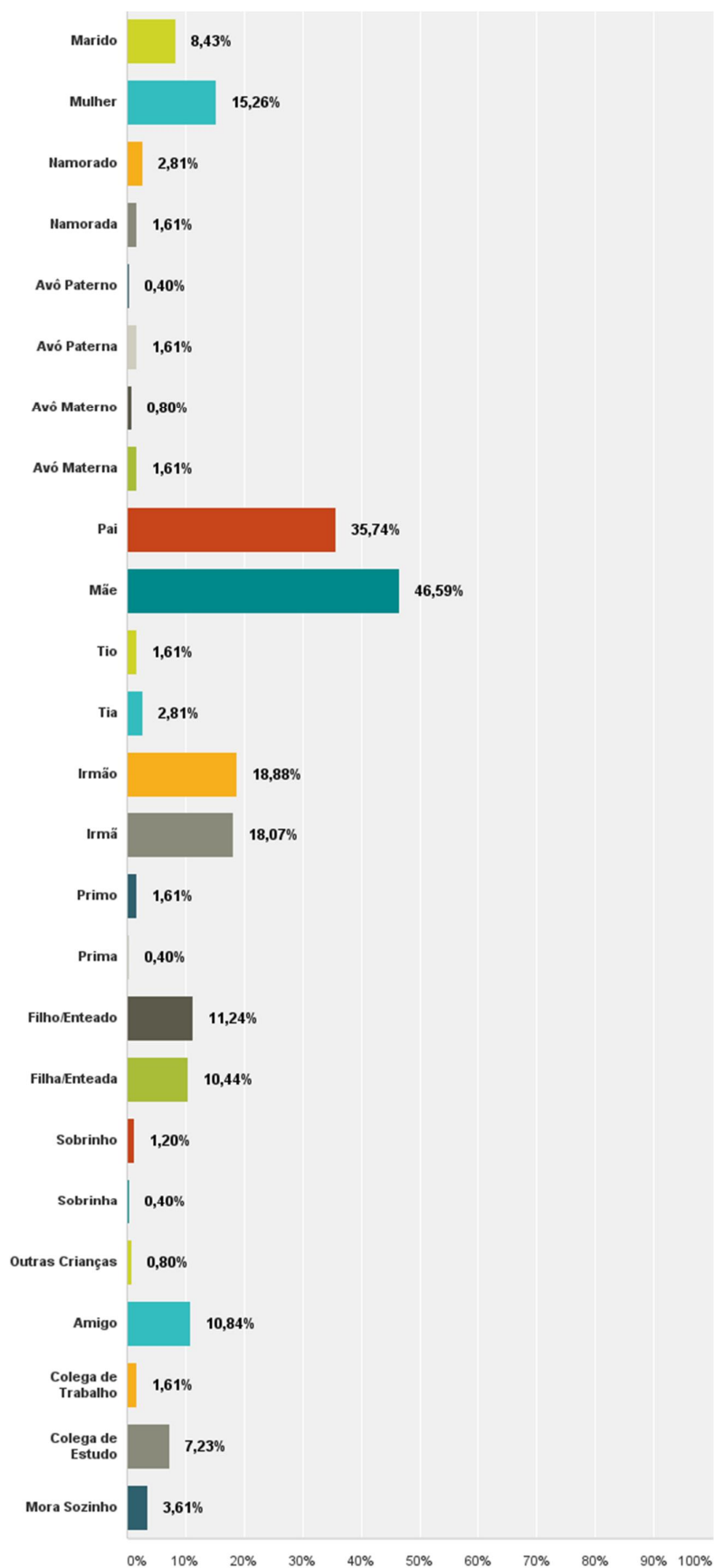


Figura 7 - Estrutura do grupo doméstico – tipo de família

O perfil demográfico dos pesquisados nos permite já apontar alguns elementos importantes. Os pesquisados que participaram dos protestos de 2013 estão distribuídos de forma quase que proporcional entre aqueles que se declaram “brancos” (60%) e os “não-brancos” (negros, amarelos, vermelhos e outros) e entre homens (52%) mulheres e LGBTQ (48%, ver figura 1 e 2). Isso significa que o perfil do pesquisado que participou dos protestos reflete segmentos historicamente subalternos e oprimidos na sociedade brasileira, ou seja, mulheres e população “não-branca”, sendo um componente que já coloca sérios problemas aos argumentos que definem os mesmos como de “classe média”.

O mesmo é válido para ideia de que os protestos foram protagonizados pela “juventude” (ver figura 3). Se consideramos jovens até 29 anos e como não-jovens a população acima de 30 anos, 1/3 dos pesquisados que participaram das manifestações de junho não eram “jovens”. Além disso, observando os dados podemos ver que cerca de 150 pesquisados, ou pouco mais da metade, está na faixa dos 20-29 anos, exatamente um momento de liminaridade entre a vida doméstica e dependência da renda familiar e a inserção no mercado de trabalho. Ou seja, atribuir à “juventude” a composição dos protestos seria reducionismo sociológico, invisibilizando a participação importante de um segmento demográfico, além das transições específicas de segmentos geracionais.

No caso, 44% dos pesquisados declararam não morar na mesma cidade em que nasceram e 21% não moram no mesmo estado em que nasceram (ver figuras 4 e 5). Essa informação é extremamente importante pois reflete outra característica da população: a mobilidade territorial do migrante interno (entre regiões de um estado ou entre regiões do país). Dessa maneira grande parte dos pesquisados também está colocado na condição de migrante interno que é também, historicamente, uma condição de precariedade social e econômica. Além disso pode indicar a força de atração das grandes metrópoles sobre as cidades da região metropolitana e interiorana e as demandas sociais que isso gera.

Os dados sobre a estrutura do grupo doméstico (figuras 6 e 7) são também reveladores. Podemos observar que entre os pesquisados a tendência da co-residência de 4 pessoas na mesma unidade habitacional se distribui especialmente nas casas, apartamentos e sobrados, enquanto sendo que as unidades domésticas em que coabitam filhos (entrevistados) e pais, irmãos e irmãs e marido/e ou mulher com filhos predomina, tendo pouca frequência, apesar de ser importante o número co-habitantes com outras relações de parentesco ou amizade. Dessa forma poderíamos levantar a questão de que o caráter de “juventude” do

protesto, quando observado do ponto de vista da estrutura do grupo doméstico, mostra que essa juventude não está logrando a autonomia familiar, não está constituindo, antes dos trinta anos, unidades domésticas próprias, tendo ainda uma grande importância a estrutura da família nuclear de origem. Logo, se um dos componentes fundamentais atribuídos à classe média é a possibilidade de autonomia individual com mobilidade ocupacional, isso não se verifica na composição demográfica segundo nossos dados.

4- Perfil socioeconômico

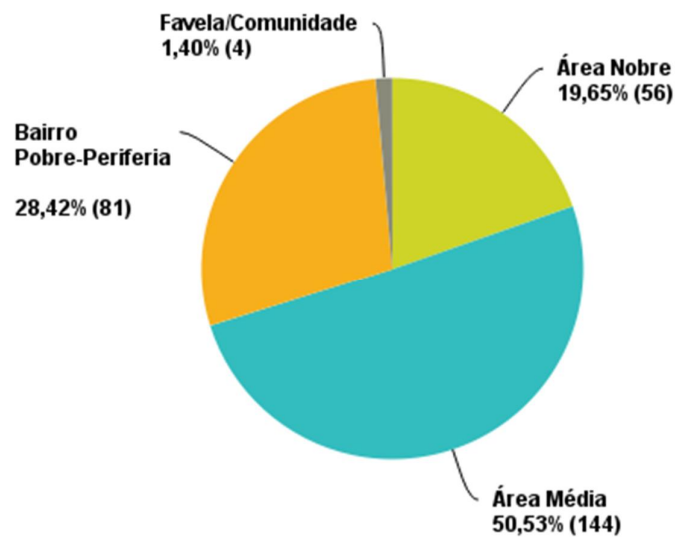


Figura 8 - percepção da valorização social da área de residência

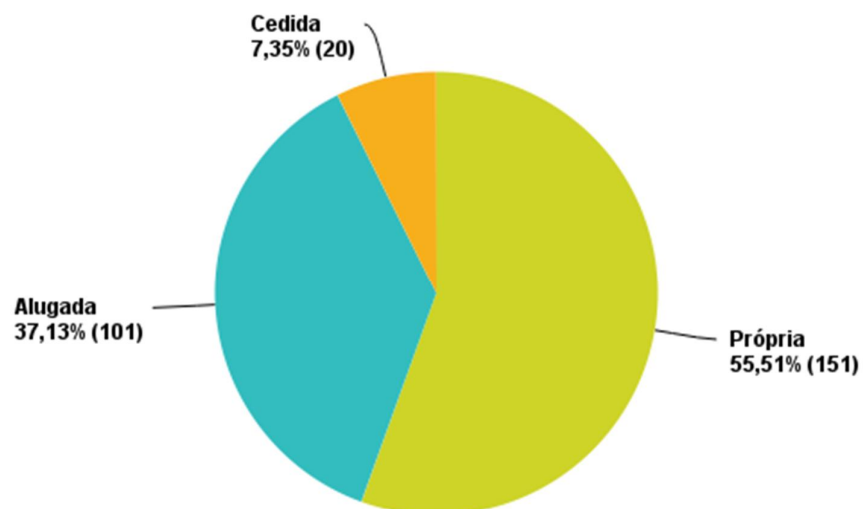


Figura 9 - Tipos de ocupação imobiliária

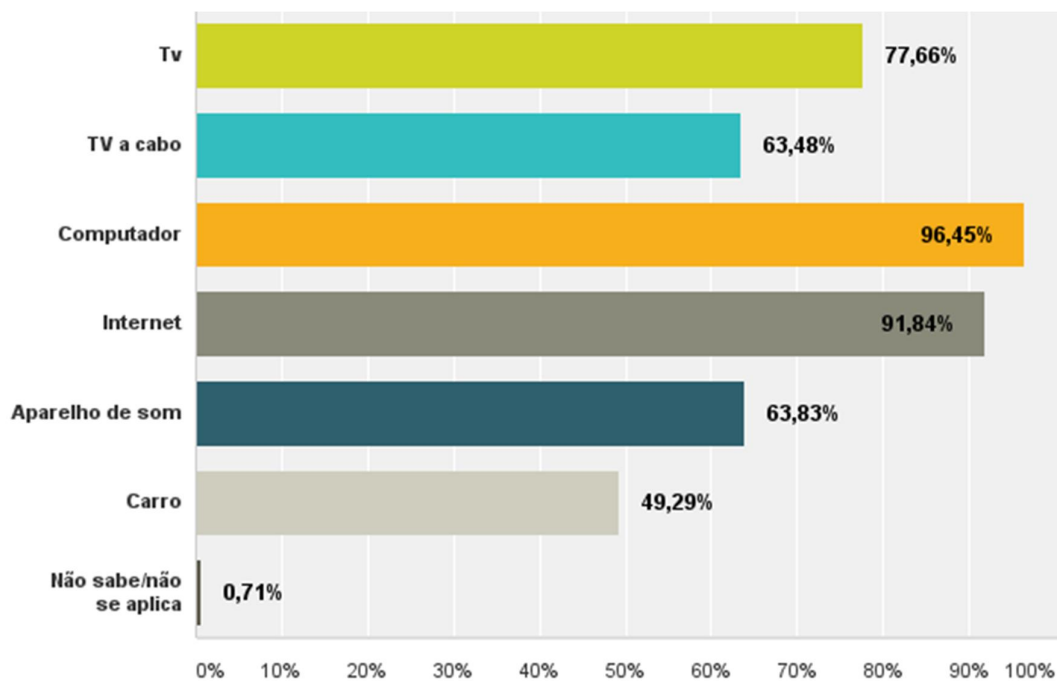


Figura 10 - Acesso a bens e serviços



Figura 11 - Situação no mercado e trabalho 2008-2013

Qual o rendimento familiar mensal atual em Salários Mínimos (SM)?

Respondidas: 188 Ignoradas: 97

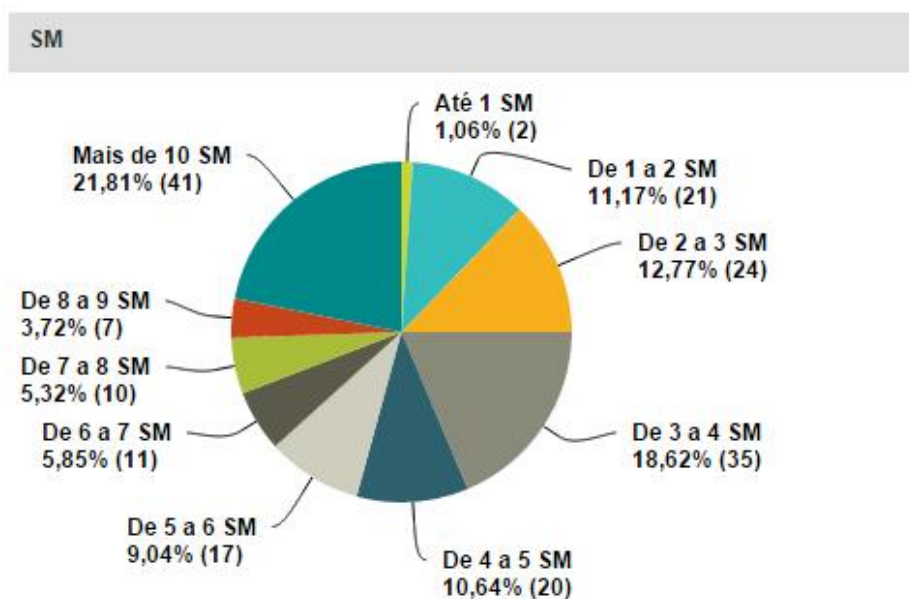


Figura 12 - Renda familiar mensal em 2014-2015

Quais as fontes de renda?

Respondidas: 193 Ignoradas: 92

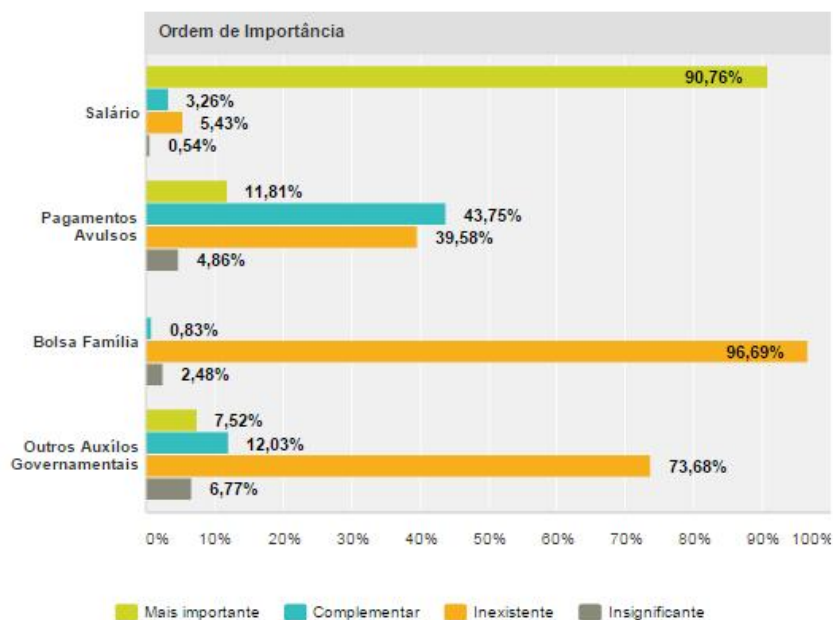


Figura 13 - Composição da renda e ordem de importância

Opções de resposta	Respostas	
Carteira de Trabalho	73,37%	146
FGTS	50,75%	101
Ferias	67,84%	135
13 Salário	64,82%	129
Auxílio Transporte	67,34%	134
Auxílio Creche	4,52%	9
Auxílio Alimentação	50,75%	101
Seguro Desemprego	29,65%	59
Licença Maternidade	5,03%	10
Participação nos lucros	17,59%	35
Reajustes salariais na data-base	35,18%	70
Horas Extras pagas	29,65%	59
Periculosidade	7,04%	14
Insalubridade	6,53%	13
Total de respondentes: 199		

Figura 14 - acesso a direitos trabalhistas

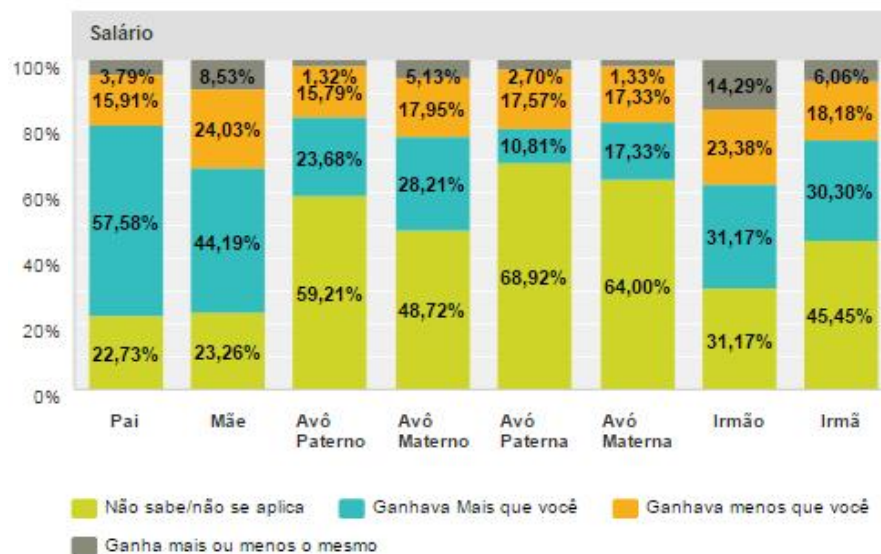


Figura 15 - diferença de rendimento intergeracional

Você tem acesso a algum tipo de crédito abaixo?

Respondidas: 103 Ignoradas: 178

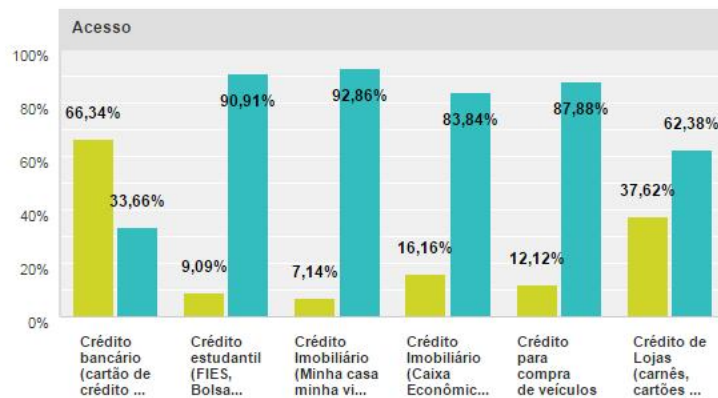


Figura 16 - acesso a políticas de crédito

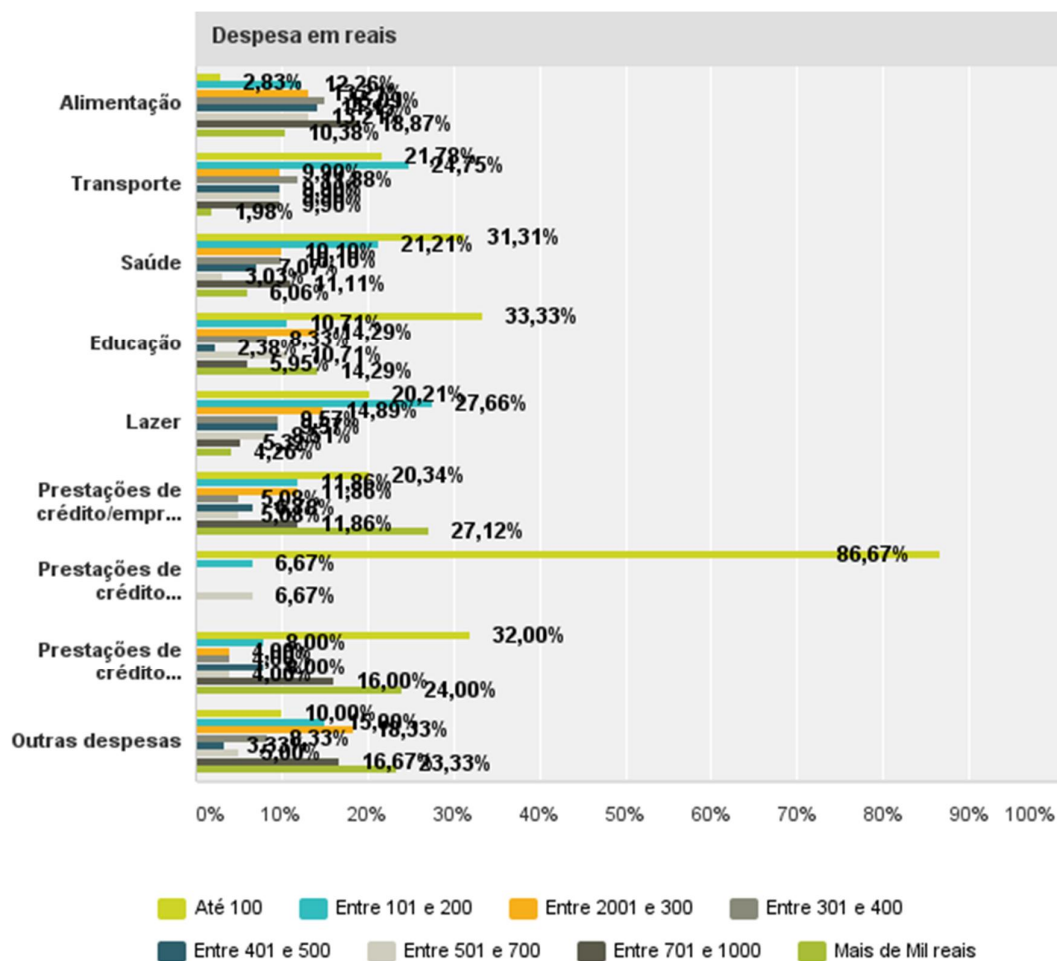


Figura 17 - Despesa por tipo e participação na renda das famílias

As figuras 8,9 e 10 retratam o tipo de acesso a bens que são considerados como indicadores de bem-estar social e desenvolvimento econômico. Pouco mais da metade dos pesquisados tem casa própria (55%) e os demais vivem em casas cedidas ou alugadas (45%). Quase 50% não tem acesso a carro, e o acesso a computador e internet são efetivamente os bens mais acessados, seguido por TV e TV a cabo. Dessa forma, além do acesso aos “bens-símbolos do capitalismo”, casa e automóvel não ser universal, ele é extremamente relativizado pela “desvalorização social” da localização geográfica da residência, já que a grande maioria declarou residir em áreas intermediárias ou pobres.

A situação ocupacional é extremamente interessante. Entre 2008 e 2013 há um aumento dos empregados em relação aos trabalhadores eventuais e desempregados, sendo que a categoria que tem menor redução é a de desempregados sem procurar emprego (refletindo talvez a característica demográfica do predomínio de jovens em inserção no mercado de trabalho). O salário junto com pagamentos avulsos é a mais importante fonte de renda da maioria dos pesquisados, sendo que os auxílios governamentais diretos têm pouca importância, apesar de que alguns pesquisados declararem receber bolsa família. Em termos de grupos de renda se dividirmos os pesquisados em dois grandes grupos, podemos ver que pelo menos 60% ganham entre 1 e 5 salários mínimos e cerca de 40% recebem entre 5 e 10 salários mínimos ou mais. Mas apesar da formalização do emprego entre 2008 e 2013, esse processo não significou o acesso a direitos trabalhistas, como é possível ver pela figura 14, 73% tem acesso a CTP, mas apenas 50% a FGTS, 64% a 13º salário e 35% a reajustes salariais na data-base. Formalização do emprego não exclui, desse modo, a precarização do trabalho em termos de relações trabalhistas. Esse elemento é ainda mais significativo quando constatamos a experiência do pesquisado em relação a seu grupo doméstico. Segundo os pesquisados, os seus pais e avós no geral ganhavam mais do que eles ganham em termos de renda, o que mostra não uma mobilidade intergeracional, mas ao contrário, uma característica regressiva na pirâmide de renda. Dessa forma, a renda familiar tende a ser mais expressiva que a renda individual e isso pode explicar em parte porque a estrutura familiar nuclear permanece tendo uma importância expressiva.

Por fim, as figuras 17 e 18 dizem um pouco sobre acesso a políticas públicas de crédito no período 2008 a 2013. Na figura 17 o verde representa sim e azul não, e é possível perceber que o acesso ao crédito bancário e comercial, seguido pelo imobiliário eram os mais importantes. O crédito estudantil e outras formas de crédito não tinham tanta importância entre os pesquisados. Mas é a participação do crédito na estrutura de despesa familiar que é mais significativa: mais de 40% dos pesquisados gastam acima de 700 reais com pagamento de

crédito bancário. Esses dados nos permitem levantar a hipótese sobre um antagonismo latente que se produziu entre 2008 e 2013, entre parcelas cada vez maiores dos assalariados e o sistema financeiro e bancário, pois o seu padrão de consumo se aumentou, aumentou pelo endividamento com os bancos – e daí o ataque aos bancos terem sido um dos elementos mais destacados dos protestos. Essa co-relação entre situação objetiva de dominação e subordinação ao poder bancário e financeiro pode então estar na base da ação destrutiva contra bancos, e não apenas as opiniões políticas ou a “ideologia autoritária” de classe média. Nesse sentido é importante comentar sobre como os dados nos servem para problematizar o mito da “classe média”.

6 – O mito da classe média, instrumento empresarial e de gestão imperial

Analisemos os dois grandes polos de produção do discurso sobre a “classe média”, o discurso governamental; a sociologia funcionalista e economia liberal. Estas foram as grandes construtoras do mito da classe média no Brasil. Qual a primeira constatação que devemos fazer quando analisamos o fenômeno da “classe média”? Devemos observar dois elementos fundamentais: 1º) o conceito de classe média e a tese de que existe uma mobilidade social em direção à “classe média” é um produto do sistema mundial, das elaborações da ONU, OCDE, Banco Mundial e outros organismos; 2º) classe média não é um conceito científico, mas sim uma forma de gestão das populações; é uma “estrutura oficial ou semi-oficial” que divide a população em categorias e ao mesmo tempo estabelece políticas para as mesmas (assim como foi a estrutura de castas, de estamentos e outras). Logo, quando ouvimos falar de “classe média” devemos saber que não se trata de um dado da natureza, mas é uma forma como o capital e o Estado querem que a sociedade olhe para si própria e pense a si própria.

Marcelo Neri pesquisador da FGV nos seus livros sobre classe média nos dá importantes pistas sobre a noção e como ela é construída e utilizada:

A presente pesquisa analisa a evolução das classes econômicas brasileiras leia-se A, B, D, E e por último e mais importante a C que batizamos em pesquisa anterior de nova classe média brasileira. Retramos em alguns pontos as classes num nível maior de desagregação que nos nossos estudos anteriores (C1, C2, D1 etc). Estas classes são definidas por suas rendas per capita de todas as fontes. Uma parte central da análise é desagregar essas fontes de renda em trabalho, aluguéis, aposentadoria, programas sociais etc, outra é aproveitar a ida da pesquisa as casas das pessoas para computar seus bens de consumo (carro, duráveis, moradia etc) e o respectivo uso e acesso a ativos de produção (educação, internet, carteira de trabalho etc). Estes atributos tomados de forma conjunta permitem analisar o grau de sustentabilidade das transformações em curso (isto é, saber até que ponto mudou pra valer?). Neste aspecto a análise da crise e da saída da mesma lançando mão de dados frescos da PME permite testar o estado dos amortecedores da sociedade brasileira a choques de grande magnitude a que a economia mundial foi submetida.

(Neri, 2010)

O que o autor entende por classes? São **classes econômicas**, ou seja, ele reduz as classes sociais à dimensão econômica e reduz a dimensão econômica à renda e indicadores de consumo. Além disso, como podemos observar, os principais argumentos acima apresentados dialogam com um tema fundamental: a crise mundial do capitalismo, agudizada pelos eventos de 2008. A ideia do autor é apresentar então como mesmo num cenário de crise internacional, o crescimento do Brasil continuaria e estava sendo comprovado por “profundas mudanças sociais”, especialmente pela redução da pobreza e das desigualdades sociais que indicariam a melhoria da vida.

O Brasil está como se diz na gíria bombando. No primeiro trimestre de 2010, o crescimento do PIB per capita atingiu 8% em relação ao primeiro trimestre de 2009, ou 10,6% em relação ao último trimestre de 2009. Embora ganhando impulso, provavelmente devido à proximidade das eleições, a economia brasileira cresce desde o fim da recessão de 2003. De 2003 a 2009, a taxa de crescimento do PIB per capita foi em média de 2,88% ao ano, sendo superada em 1,83 pontos percentuais ao ano pela renda PNAD de 4,71% ao ano, a perspectiva aqui seguida. Na última PNAD a diferença quase dobra. O PIB per capita cresce cerca de -1,5% em 2009 contra um crescimento este sim positivo de 2,04% da renda da PNAD. Na China e na Índia ocorreu o oposto, o PIB cresceu mais que a das pesquisas domiciliares, o tamanho da goleada de crescimento sofrida pelo Brasil frente a outros Brics depende do tipo de placar.

A desigualdade de renda no Brasil vem caindo desde 2001. Entre 2001 e 2009, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou em 1,49% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres cresceu a uma notável taxa de 6.79% por ano. Nos demais Brics a desigualdade embora mais baixa, seguiu subindo.

(Neri, 2010, p.10)

O texto de Marcelo Neri e as pesquisas do Centro de Políticas Sociais da FGV então tentam apresentar uma nova realidade: o Brasil estaria passando por uma grande transformação estrutural, da qual o principal traço seria a melhoria da renda e a elevação de grandes parcelas da população da condição de pobres à condição de “classe média”. A convergência da sua tese com a tese do próprio Governo Dilma, do PT ajuda a explicar porque a da apropriação das pesquisas da FGV pelo próprio Estado, o que permitiu que o mesmo Marcelo Neri ocupasse cargos no Governo Federal¹.

O crescimento da classe média seria assim o principal indicador da estabilidade econômica e do desenvolvimento, principais promessas do capitalismo internacional. Curiosamente, e por coincidência, em junho de 2013, a BBC publicou em seu site uma

¹ Não por coincidência Marcelo Neri era ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) durante junho de 2013. Ele afirmou que suspeitava da presença de pobres em manifestações e afirmou “Ele não descarta, porém, que entre os manifestantes possam estar também pessoas da “nova classe média”, aquelas que ascenderam à nova classe C há cerca de 10 anos, e que hoje pedem avanços também na educação e na saúde. Segundo ele, as aspirações de consumo são potencializadas pela internet”. **BRASIL: Ministro diz que protesto nas ruas não são feitos pelos mais pobres, 28/06/2013** <http://www.faroldenoticias.com.br/site/brasil-ministro-diz-que-protesto-nas-ruas-nao-sao-feitos-pelos-mais-pobres/>

reportagem intitulada “A emergência da classe média global”², em que “As Nações Unidas descrevem como uma mudança histórica não testemunhada em 150 anos. A nova classe média na China, Brasil e Índia impulsionou suas economias a um tamanho igual ao dos países industrializados do G7”. Então, o que é a “classe média” segundo a ONU e OCDE? A reportagem diz: “Quem é contabilizado como classe média? De acordo com organizações como as Nações Unidas e a Organização de Desenvolvimento Econômico e Cooperação (OCDE), é alguém que ganha ou gasta entre \$10 e US \$100 por dia. É quando você tem renda disponível e dinheiro suficiente para consumir coisas como geladeiras, ou pensar em comprar um carro”. A resposta é ao mesmo tempo reveladora e intrigante. A classe média ganha entre 300 e 3.000 dólares por mês (ou entre 674 reais e 6747 reais por mês nos valores de abril de 2014) e consegue comprar “geladeiras e carros”, segundo a OCDE. O caráter controverso da definição é internacional. Nos EUA, onde o conceito e ideologia da classe média tem uma função central, também inexistia uma definição clara, e na realidade isso expressa também o significado do conceito e da ideologia da classe média em termos globais³.

No Brasil no ano de 2011 essas definições internacionais de classe média foram transformadas em instrumentos oficiais de classificação da população. Foi constituído no âmbito da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de um conceito de classe média que pudesse ser utilizado pelo Estado como instrumento de gestão, que resultou no “Relatório da Comissão

²“The United Nations describes it as a historic shift not seen for 150 years. The new global middle class in China, India and Brazil have propelled their economies to equal the size of the industrialised G7 countries. By 2050, they are forecast to account for nearly half of world output, far surpassing the G7. Plus, within a decade, the middle class in Europe and North America will be less than a third of the world's total, down from more than half now. The Brookings Institution estimates that there are 1.8 billion in the middle class, which will grow to 3.2 billion by the end of the decade. Asia is almost entirely responsible for this growth. Its middle class is forecast to triple to 1.7 billion by 2020. By 2030, Asia will be the home of 3 billion middle class people. It would be 10 times more than North America and five times more than Europe. There is also substantial growth in the rest of the emerging world. The middle class in Latin America is expected to grow from 181 million to 313 million by 2030, led by Brazil. And in Africa and the Middle East, it is projected to more than double, from 137 million to 341 million. So who counts as middle class? According to organisations like the United Nations and the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), it's someone who earns or spends \$10 to \$100 per day. That's when you have disposable income and enough money to consume things like fridges, or think about buying a car. As the UN suggests, the growth is being driven by industrialisation. The industrial revolution of the 19th Century transformed the economies of Britain, the US and Germany. The move from agrarian to industrial societies generated income rises that created the middle class. Now it's the turn of emerging economies, particularly in Asia. In Indonesia, for instance, investment now exceeds 30% of GDP, a sign that there is more manufacturing” **The rise of the global middle class**, 18/06/2013. <http://www.bbc.com/news/business-22956470>

³ Ver texto de David Rhode “What do we mean by middle class?” <http://blogs.reuters.com/david-rohde/2011/12/29/what-do-we-mean-by-middle-class/>

para definição de classe média no Brasil” (RDCM), publicado em 2012, em que podemos ver que

“De modo a desenvolver uma definição para a nova classe média, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) instituiu por meio da Portaria Ministerial nº 61, de 27 de setembro de 2011, um Grupo de Trabalho com esse objetivo. Esse Grupo, formada por uma comissão de avaliação e uma comissão técnica, trabalhou, entre novembro de 2011 e abril de 2012, no desenvolvimento de uma definição prática e conceitualmente sólida, capaz de orientar as políticas públicas na esfera federal e contribuir para o desenho e a implementação de programas e ações focadas na consolidação e sustentabilidade da nova classe média brasileira. Dessa forma, o Grupo de Trabalho teve como objetivos: i) identificar as diversas definições de nova classe média disponíveis e propor novas alternativas; ii) avaliar a solidez das bases conceituais de cada uma e iii) aferir a praticidade da proposta selecionada. Para tanto, cada comissão teve atribuições específicas na construção da definição da classe média. Foram atribuídas à comissão de avaliação as seguintes tarefas: i) definir diretrizes para o trabalho do grupo técnico; ii) avaliar a solidez das bases conceituais das propostas elaboradas pelo subgrupo técnico; iii) aferir a praticidade dessas propostas e, por fim, iv) selecionar a melhor proposta para a definição da classe média” (Rcdm, 2012; Rcdm, 2012).

A análise desse relatório e outros documentos nos permitirão então explicitar o real conteúdo do conceito de classe média. O RDCM começa colocando com clareza qual o problema por detrás da definição de classe média:

“O Brasil vem, ao longo da última década passando por diversas mudanças sociais e econômicas importantes. A maior dessas mudanças é, possivelmente, redução da extrema pobreza à metade em apenas cinco anos. Embora estimativas precisas dependam da forma como a linha de pobreza é definida, há consenso de que cerca de 15% da população brasileira superou a linha de pobreza entre 2003 e 2009 junção de crescimento econômico com redução da desigualdade (RDCM, 2012, p. 4).

Como consequência dessa diminuição da pobreza e do crescimento acentuado da renda nos extratos mais pobres, uma grande parcela da população ascendeu a uma classe com renda intermediária. Associado ao fato da renda das famílias nas classes média e alta ter se dado de modo mais lento, houve um alargamento da classe média brasileira sem precedentes na história. Tal transformação lança desafios e questionamentos para as políticas públicas: Quais as principais consequências do surgimento dessa nova classe média para o desenvolvimento do País? Qual o seu impacto sobre o consumo e a poupança e, por conseguinte, sobre a taxa de inflação? Qual a visão dessa parcela da população sobre o papel do Estado? Como expandir as oportunidades para essa nova classe média com maior segurança social?” (RDCM, 2012, p. 6).

Temos aqui dois componentes fundamentais: 1º) a classe média surge como um conceito para medir a diminuição da pobreza; 2º) ela se articula com metas definidas por agências internacionais para “medir” o desenvolvimento de cada país. Ao mesmo tempo, tal definição partilha da crença no “crescimento/desenvolvimento”, indicado a partir de critérios econômicos bem determinados (renda, renda per capita, PIB e outros). Logo, o principal objetivo da teoria da classe média assim formulada é provar o desenvolvimento econômico afirmado pelo Estado e pela ONU, através da aferição de indicadores específicos, especialmente a redução da pobreza.

Vejamos então como é definido o conceito de classe média. O RDCM apresenta algumas observações metodológicas interessantes.

“Embora o termo classe média seja de uso comum, sua definição continua a desafiar os cientistas sociais. Ao contrário do conceito de pobreza e, em particular, de extrema pobreza, cujas definições têm sido alvo de intensos debates e, por conseguinte, há algum consenso, no caso da classe média as definições utilizadas são, em geral, arbitrárias e com pouca base teórica ou conceitual para sustentá-las. Torna-se, portanto, essencial estabelecer uma definição conceitualmente sólida, prática e de fácil compreensão desse grupo, para que a qualidade de vida da nova classe média possa ser continuamente monitorada e sua presença e aspirações possam ser incorporadas ao desenho, implantação e operacionalização das políticas públicas. Fortalecida pela criação de mais de 15 milhões de novos postos de trabalho formais, essa nova classe média passa a perceber sua ascensão como duradoura e passa a trocar estratégias de sobrevivência por atitudes e visões de longo prazo voltadas à garantia de um contínuo processo de ascensão econômica (RDCM, 2012, p.7)

A opção por categorizar o contínuo é evidente no Critério Brasil⁴ (que divide a população nas classes A, B, C, D e E), proposto pela ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa), e extensamente utilizado por empresas envolvidas em pesquisas de opinião e padrão de consumo. No caso governamental, dada a proliferação de faixas de renda utilizadas para determinar os beneficiários de programas sociais, a opção por categorizar as famílias é evidente. Para efeito de acessar recursos do PRONAF, as famílias são organizadas em 5 grupos; para o Programa Minha Casa Minha Vida as famílias são organizadas em 4 grupos” (RDCM, 2012,p.8).

⁴ Segundo a ABEP: “A metodologia de desenvolvimento do Critério Brasil que entra em vigor no início de 2015 está descrita no livro Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil dos professores Wagner Kamakura (Rice University) e José Afonso Mazzon (FEA /USP), baseado na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE. A regra operacional para classificação de domicílios, descrita a seguir, resulta da adaptação da metodologia apresentada no livro às condições operacionais da pesquisa de mercado no Brasil” (Abep, 2015).

O que podemos ver pela informação explicitada acima? A categorização da população em classes foi elaborada pela prática de pesquisa empresarial, especialmente pesquisas de opinião para auxiliar a orientação das intervenções e abordagens sobre grupos de consumidores e populações. Logo os conceitos de classe “A, B, C, D, E” estão implicados nos interesses empresariais e também na própria ideologia das empresas. O Estado usa essas definições também para orientar as políticas públicas, de forma que existe uma clara mercantilização dos instrumentos de Estado. Mas o mais revelador, significativo, é que conscientes dessa situação, o que a comissão do RDCM propõe? A subordinação da definição de classe média à prática classificatória e ideologia das empresas que formularam o sistema de estratificação. Vejamos:

“O uso da denominação “classe” é certamente inadequado. Embora o conceito possa admitir múltiplas interpretações, é pouco provável que o grupo reconhecidamente heterogêneo que resultou das múltiplas mudanças sociais ocorridas recentemente no País **satisfaça qualquer das definições existentes**. Não parece haver qualquer evidência de que aqueles que cruzaram a linha de pobreza nos últimos anos tenham similaridades marcantes – seja no campo dos valores, atitudes e expectativas, seja no campo da forma de inserção no mercado de trabalho, constituição familiar ou posição no ciclo de vida – uma vez que a multiplicidade de caminhos para sair da pobreza propiciou a ascensão tanto de agricultores familiares na região amazônica como de empregados em grandes regiões metropolitanas, tanto de famílias estendidas (compostas por múltiplas gerações), como de casais jovens (com e sem filhos) e idosos vivendo sozinhos. Tampouco existe evidência de que os subgrupos mais homogêneos estejam conscientes de suas similitudes. **Além disso, existem diferenças marcantes no interior do grupo pré-existente a que os emergentes se incorporam**, isto é, aqueles que faziam parte do que se poderia chamar da classe média tradicional. Assim, não há qualquer dúvida de que a junção dos emergentes com a tradicional classe média forma um grupo extremamente heterogêneo (seja graças às disparidades entre a nova e a classe média tradicional, seja no interior de cada um desses grupos), cobrindo um amplo segmento da sociedade brasileira sem qualquer identidade clara. O objetivo desse estudo é delimitar o grupo central da **pirâmide social brasileira** que se expandiu de forma acentuada ao longo da última década em função dos progressos sociais alcançados. A rigor, ao menos inicialmente (até que suas características sejam devidamente identificadas e analisadas), esse grupo mereceria ser denominado apenas de “**grupo do meio**”. **No entanto, dado o uso já corrente do termo “Nova Classe Média”, adotaremos a denominação de classe. Fazemos esse uso sem buscar qualquer justificativa conceitual e empírica e, portanto, apenas como uma forma de facilitar a comunicação, usando um termo já em uso”**. (RDCM, 2012, p.11)

Devemos ir por partes. Em primeiro lugar, o “grupo” que resultou das mudanças sociais brasileiras não preenche nenhuma das definições sociológicas de classe social. O fenômeno real da mobilidade da pobreza para uma posição superior da “pirâmide social” não pode assim ser pensado a partir das teorias de classes existentes, de acordo com o relatório. Na realidade,

o conceito significa apenas o “grupo do meio” de uma pirâmide social imaginária que mede indicadores selecionados.

Logo, os membros da Comissão são conscientes de que o termo classe média tal como usado não possui nenhuma base e fundamentação científica. Logo, não mantém nenhum compromisso com uma análise das classes sociais, suas relações, antagonismos e possibilidades de ação política. O uso do termo “classe média” tem a única função de descrever a mobilidade social dos setores que estavam na linha da pobreza e extrema pobreza e sua ascensão até a categoria “intermediária” de uma pirâmide de renda. O relatório se adequa então ao conceito derivado das práticas empresariais de pesquisa e à ideologia das empresas, que definem classe média como um grupo de consumidores hierarquizado por poder aquisitivo. São conceitos ou instrumentos de classificação e poder simbólico empresarial (de mercado) e de política pública (Estado). Ou seja, o conceito de classe média oficial é um conceito anticientífico⁵, ele apenas expressa a força de uma ideologia que produziu um senso comum, a partir das práticas empresariais, sobre as relações entre ricos e pobres na sociedade brasileira.

⁵ A dimensão anticientífica é assumida explicitamente pela comissão do RDCM, quando reconhece que o grupo não é real, não existe, é apenas uma categoria eficaz do ponto de vista instrumental, utilitário, para a prática empresarial e estatal. *“Em algumas situações, como no caso do tipo de sangue de uma pessoa ou na identificação de determinadas enfermidades, a definição é clara. A dificuldade de classificação, nesse caso, deve-se apenas à fidedignidade da informação (teste) usada para verificar as condições que classificariam a pessoa num grupo ou em outro. Em princípio existem os grupos e cada pessoa pertence a um deles. Existe, ainda, um conjunto de informações que, quando disponível, permite perfeita classificação. Seja simplesmente para fins de compreensão dessa heterogeneidade, para fins mais analíticos relacionados à determinação da origem ou das consequências dessa diversidade, ou para adequar programas sociais a distintas necessidades, pode ser útil dividir a população em grupos. Ao contrário da situação anterior, nesse caso os grupos não existem realmente. Eles são um constructo analítico cuja utilidade pode ser avaliada em termos do quanto facilita a compreensão da heterogeneidade, quanto permite identificar a origem e as consequências, e quanto permite adequar os programas sociais. No entanto, não existe informação adicional que permita avaliar o grau de fidedignidade da classificação adotada, uma vez que os grupos não existem verdadeiramente a priori, eles são apenas um instrumento analítico. Exemplos clássicos são as classificações dos postos de trabalho entre formais e informais ou das famílias entre extremamente pobres, pobres e não pobres. Claramente a definição de classe que esta Comissão busca pertence a esse segundo grupo. Não existe uma divisão natural que permita determinar quem pertence e quem não pertence à classe média. Dessa forma, não existe um conjunto de informações que, uma vez disponível, permita classificar de forma única e fidedigna uma família como pertencente ou não à classe média. Na verdade, o conceito de classe média é apenas um instrumento analítico capaz de organizar e hierarquizar a heterogeneidade das famílias brasileiras de tal forma a identificar o grupo no meio da pirâmide social. Sua validade deve ser avaliada não em termos de sua fidedignidade, mas sim em termos de sua utilidade analítica, seja para a compreensão da dinâmica social brasileira, seja para a melhoria do desenho e da adequação dos diversos programas sociais, contribuindo, portanto, para a sua maior eficácia”* (RDCM, 2012, p.13).

Mas o trabalho da Comissão do RDCM não para por aí. Não somente eles submetem o uso do conceito ao domínio da ideologia oriunda das empresas de pesquisa, como subordina a definição dessa classe média ou grupo do meio a necessidades práticas da própria gestão. Ou seja, apesar de reconhecerem que reduzir a definição dos critérios para medir a mobilidade dentro de uma pirâmide social é reducionismo, é exatamente isso que eles fazem:

“Dado o interesse por uma definição simples, de fácil aplicação e interpretação, e que seja pouco exigente em termos da disponibilidade de informações, optamos por buscar uma definição para classe média baseada em critérios unidimensionais. Reconhecemos que, idealmente, a definição de classe média deveria decorrer da análise de informações sobre uma variedade de dimensões. Contudo, avaliamos que os ganhos da multidimensionalidade não compensam seus custos sobre a simplicidade, requerimento informacional e, consequentemente, sobre a sua praticidade. Procedemos, portanto, na busca de um indicador escalar que, para efeito da definição de classe média, capte a maior parte das condições que levam alguém a pertencer a esse grupo (...) Nesse ambiente, apesar de a renda não ser o indicador sintético perfeito, dentre os indicadores unidimensionais disponíveis ela tende a ser o mais próximo do ideal” (RDCM, 2012, P. 16)

Chegamos aqui à identidade entre os critérios oficiais e os critérios da pesquisa empresarial. A renda é critério para qualificar a pirâmide social. Firmado esse conceito geral de renda, o RDCM apresenta então seu fundamento: a renda bruta mensal normalmente recebida domiciliar per capita. Tendo estabelecido então os fundamentos não científicos da “classe média”, trata-se de resolver problemas matemáticos e estatísticos: quais instrumentos permitiram demonstrar o aumento da classe média? Depois de problematizar os temas propriamente estatísticos a Comissão chegou a uma proposta de definição, como podemos ver

“Feitas as diferentes simulações, optamos por usar o critério de grau de vulnerabilidade para definir a classe média. Relembrando, foram definidas 3 formas para obtenção do grau de vulnerabilidade: i) a partir da probabilidade de que se esteja em condição de pobreza no próximo ano, dada a renda domiciliar per capita inicial; ii) a partir da probabilidade de que se esteja em condição de pobreza em algum momento dos próximos 5 anos, dada a renda domiciliar per capita inicial; iii) a partir da probabilidade de ser estruturalmente pobre, dada a renda domiciliar per capita. Entendemos ser esse o critério mais adequado pela relação que guarda com a possibilidade de visão prospectiva e capacidade de planejamento. Conforme a renda aumenta, o risco de queda à condição de pobreza diminui. Ao perceberem sua ascensão como duradoura, as famílias trocam estratégias de sobrevivência por atitudes e visões de longo prazo, voltadas a garantir seu contínuo progresso econômico” (RDCM, 2012,p.57)

O relatório apresenta algumas inconsistências entre os valores apresentados no texto e os valores apresentados no quadro que sintetiza a pirâmide social no Brasil. Existem dois valores

para indicar o pertencimento à classe média: **renda média *per capita* bruta** e **renda média familiar bruta**. Por isso apresentamos abaixo os dados contidos na tabela e fazemos a divisão a partir dos mesmos para chegar à renda per capita. Isso significa que é possível classificar tanto indivíduos quanto famílias no sistema de pirâmides.

A crítica desse sistema é relativamente óbvia. O próprio texto mostra a fragilidade e o caráter não científico do sistema de classificação. Mas ele é forte não em razão do seu caráter científico, mas por expressar a prática de redes de instituições empresariais e governamentais que impõem esse sistema de classificação como o sistema a ser aceito pela sociedade. Ou seja, mesmo a Comissão do RDCM reconhecendo que seu trabalho é instrumental, reforça a ideologia da “classe média”.

Quais as críticas que poderíamos apresentar? Inúmeras. Mas iremos reduzir a dois conjuntos: 1º em primeiro lugar, esse sistema de classificação falseia deliberadamente a realidade, optando por critérios que possam permitir a afirmação de uma mobilidade social ascendente massiva entre “classes”, mas definindo essas classes em função de um critério unidimensional (renda) em relação a um padrão arbitrário (ideal) de necessidades, que não expressa o custo de vida real; 2º ao negar o debate teórico das classes sociais, tenta se naturalizar um sistema de desigualdade, já que a única distribuição de renda possível nas classes apresentadas é um sistema de distribuição entre trabalhadores, ela não retrata a distribuição total entre capital e trabalho como vários instrumentos estatísticos do IBGE o fazem, por exemplo, o Cadastro Central de Empresas. Logo, essas formas de falar da classe média produzem um duplo efeito de ocultação: da desigualdade social e das relações entre capital e trabalho.

A desmistificação desse conceito pode ser realizada de duas maneiras. Em primeiro lugar apresentaremos os critérios de classificação propostos pela Comissão do RDCM, comparado com dois indicadores distintos: o do DIEESE sobre renda mínima socialmente necessária e do IBGE, que permite o diagnóstico da distribuição de renda entre capital e trabalho no Brasil.

Um primeiro exercício de demonstração é comparar não a unidade de renda com um padrão arbitrário, mas com algum indicador de poder de consumo real, como calcula, por exemplo, o DIEESE. *“Em 30 de abril de 1938, foi regulamentada a Lei no 185 de 14 de Janeiro de 1936 pelo Decreto Lei no 399. Este estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país suas necessidades normais de alimentação, habitação,*

vestuário, higiene e transporte” (Dieese). O DIEESE estabelece como critérios da sua metodologia orientações de economia política governamental de 1940. Quando aplicamos esse critério, que parte do diagnóstico do custo de vida real em determinada época e lugar, e não do salário mínimo vigente, podemos perceber indicativamente a distância entre o salário real e o salário necessário, logo tendo um indicador do processo de exploração real nas relações capital-trabalho. Para poder apresentar o problema fizemos então a seguinte correlação: colocamos o valor do salário do Dieese na tabela de estratificação da RDCM e colocamos também o salário vigente. O efeito podemos perceber abaixo:

Na base 2012		Critérios Oficiais do Governo Federal		Critérios do DIEESE	
		Renda Familiar Média – 4 indivíduos (teto)	Renda Capta Individual	Renda Familiar Média – 4 indivíduos (teto)	Renda Capta Individual
Classe Alta	alta classe alta	12.988,00	3.247,00	65.212	16.303
	baixa classe alta	4845	1.211,25	4658,50 (2 Salário Mínimos Necessários)	1.164,50
Classe Média	alta classe média	2813,00	703,25		
	média classe média	1925	481,25	2329,25 (1 Salário Mínimo Necessário)	582,25
	baixa classe média	1540,00 (2,5 salários mínimos vigentes)	385,00		
Classe Baixa ou Pobre	Vulneráveis	1030	257,50		
	Pobres	648 (1 salário mínimo vigente)	162,00		
	Extremamente pobres	227	56,75		

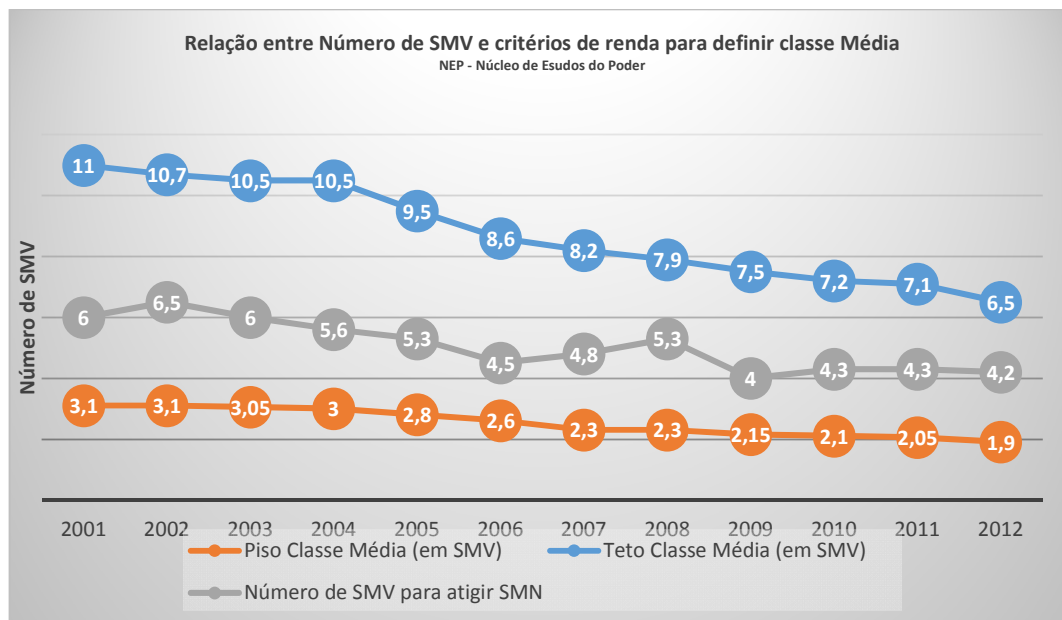
O que possível ver pelo quadro? Tomando os valores para o ano base 2012 (estabelecido pela Comissão do RDCM) podemos ver que pelos critérios objetivos do custo real de vida o salário necessário e o salário real pressionam o sistema de estratificação. No sistema de estratificação oficial, quem ganha um salário mínimo é classe baixa ou pobre. Dessa forma, se o sistema de estratificação adotasse como parâmetro o salário mínimo necessário, a chamada classe média seria extremamente reduzida e quem está hoje classificado como “classe média média” seria classificado como **classe baixa pobre**. Com um salário mínimo e meio (do salário vigente em

2012) o trabalhador ainda é classificado como “classe pobre”. Com 2,5 salários mínimos vigentes de renda família bruta alguém já ingressa na “classe média”. Quando comparamos o SMV com o SMN (de acordo com o DIEESE), vemos uma enorme discrepância de forma que a mobilidade social entre classes de renda nesse sistema de estratificação tem muito pouco impacto na economia real. Os resultados não deixam muita dúvida. Enquanto o teto do sistema de estratificação oficial representa 20 vezes o salário mínimo vigente, representa apenas 5 vezes o salário do Dieese. Ou seja, o sistema de estratificação proposto adéqua seu conceito de grupo do meio/classe média e toda sua lógica aos níveis mínimos impostos pela exploração real e aos baixos rendimentos.

É por isso que uma análise séria do fenômeno da mobilidade e estratificação social exige a observação da evolução histórica de pelo menos três indicadores: 1) salário mínimo vigente; 2) renda-teto que define a classe média; 3) salário necessário; distribuição da renda entre capital e trabalho. Abaixo elaboramos um quadro que explora a relação entre essas variáveis através do que denominaremos **Curva Marini/Gunder-Frank** (Curva MGF), exatamente para medir a relação do sistema de estratificação oficial com a economia real.

O quadro mostra a evolução do teto de renda que define a classe média e também a evolução do salário mínimo vigente e do salário necessário. O que estamos chamando de **Curva MGF** mostra quantitativamente a distância entre variáveis co-relacionadas, por exemplo a Curva MGF da Classe Média mostra quantos salários mínimos eram necessários para pertencer a classe média em 2001 e em cada ano até 2012. A curva MGF do salário vigente mostra quantos salários mínimos vigentes eram exigidos para alcançar o salário mínimo necessário. Qualitativamente ele mede a distância entre a economia política burguesa e a realidade, por um lado, e por outro, sua vontade de ocultar o fenômeno da superexploração e dos baixos salários.

Tabela 1 - Núcleo de Estudos do Poder



Em 2001, uma família de 4 pessoas precisaria receber 560 reais (140, o piso de renda per capita x 4) para ser considerada de classe média, o que era equivalente a pouco mais de três salários mínimos. Em 2012 uma família de 4 pessoas para ser considerada de classe média deveria receber 1164 reais (291 piso de renda per capita x 4), o que é equivalente a menos de dois salários mínimos. Enquanto em 2001 para uma família pertencer à classe média era necessário ganhar 3.1 salários mínimos vigentes, em 2012 bastava algo em torno de 1,9 salários. O mesmo movimento ocorre com o teto do sistema de estratificação. Em 2001 uma família que tivesse renda de 11 salários mínimos já considerada como rica ou classe alta. Em 2012, uma família para ser considerada rica precisava ganhar algo próximo de 6,5 salários mínimos. O segredo do “boom” brasileiro e a mágica do crescimento da classe média brasileira está aí. Numa mudança do piso e teto da definição de classe média. Não são as famílias que tem mobilidade, são os critérios de estratificação. Quando observamos a evolução histórica da relação entre SV e SN o que podemos concluir é que não se consegue diminuir substancialmente a distância entre o salário vigente e o salário mínimo necessário, ou seja, a população continua ganhando muito abaixo do necessário. Ocorreu alguma melhora? Sim. Enquanto em 2001 eram necessários seis salários mínimos vigentes, em 2012 se alcançava o salário mínimo necessário com 4.2 salários vigentes. Ou seja, a superexploração continua em

altas taxas, mas toda a economia política vê o crescimento da classe média, diminuição da pobreza e da desigualdade porque está preocupada com índices nominais de renda em relação a critérios arbitrários definidos para o mundo por organismos de planejamento, critérios estes que não dialogam com a economia real de cada país e se 10 dólares por dia são suficientes para sobreviver ou não.

Abaixo fazemos outro exercício para desconstruir em parte a mitologia da classe média. Os critérios oficiais são unidimensionais, definem as classes como classes de renda. Entretanto, a ABEP que fornece o modelo usa não somente a renda como critério, mas também nível de escolarização, sendo o mesmo também importante para a teoria do “precariado”. O quadro abaixo coloca os dados obtidos a partir do Cadastro Central de Empresas do IBGE para diversos setores de atividade econômica; usamos também dados da FAO para conseguir fazer uma estimativa da renda dos trabalhadores rurais e camponeses do Brasil, já que essas informações não constam do Cadastro Central de Empresas do IBGE. Uma informação extremamente importante: mesmo o teto para “classe alta” no Brasil não é alcançado pelo salário médio de nenhum setor de atividade. Porém o trabalhador do setor de Eletricidade e gás ocupa, na média salarial de mercado, a posição de “média classe alta”. As atividades financeiras, internacionais e indústria extrativa e informação ocupariam a “alta classe média”; trabalhadores da educação, saúde e cultura estão na baixa classe média. Mas o mais interessante é, os trabalhadores pobres e em extrema pobreza são do setor de alojamento e alimentação e do setor rural, camponeses, especialmente do Nordeste. Ou seja, se usamos a média salarial podemos ver que não existe correspondência automática entre nível de escolarização e rendimento, e que as médias salariais colocam quase todos os trabalhadores nas classes média e baixa. Mas certamente os maiores salários apresentam relação com a financeirização, internacionalização e vinculação ao ramo energético e as atividades de exportação na determinação da média salarial alta.

Sistema de Classes Oficial do Governo Federal		Renda que definem as Classes de renda	Setores de Atividade Econômica (salários médios e posição de "classe". Fonte IBGE e FAO/INCRA)	Salário Médio do Setor
Classe Alta				
	alta classe alta	12.988		
	baixa classe alta	4845	Eletricidade e gás	5.125,90
Classe Média	alta classe média	2813	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3 847,38
				3 610,617
			Organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais	
			Indústrias extrativas	3 173,32
			Informação e comunicação	3 098,83
	média classe média	1925	Administração pública, defesa e seguridade social	2 257,46
			Atividades profissionais, científicas e técnicas	2 115,89
			Educação	1 944,63
			Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1 793,22
	Baixa classe média	1540	Transporte, armazenagem e correio	1 568,21
			Saúde humana e serviços sociais	1 560,12
				1 491,95
			Atividades imobiliárias	
			Artes, cultura e serviços sociais	1 347,53

Classe Baixa ou Pobre	Vulneráveis	1030	Outras atividades de serviços	1 221,84
			Comércio; Reparação de veículos automotores e motocicletas	1 037,54
			Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1 022,94
			Atividades administrativas e serviços complementares	973,06
	Pobres	648	Alojamento e alimentação	779,58
	Extremamente pobres	227	Camponeses/Agricultores Familiares do Sul	276,25*
			Camponeses/Agricultores Familiares do Centro Oeste	253,58*
			Camponeses/Agricultores Familiares do Sudeste	225,25*
			Camponeses/Agricultores Familiares do Norte	161,25*
			Camponeses/Agricultores Familiares do Nordeste	96,58*

Os quadros tentam colocar à luz do dia o que a ideologia da classe média e os dados sobre mobilidade ascendente tentam ocultar: a complexidade das relações entre renda, condições de vida, salário vigente e necessário, ocupação e educação. Todas as associações realizadas pelos critérios da prática de pesquisa empresarial e estatal e dos organismos multinacionais simplificam, quando não distorcem e falsificam essas relações e usam assim as categorias como instrumentos de saber e de poder. Por isso, como o próprio RDCM aponta, eles falam de uma realidade que, em última instância, não existe; criam um objeto de governo para tentar enquadrar a realidade nestas categorias ideais. Como vimos, grandes categorias de setores operários e trabalhadores manuais, se considerarmos os critérios de estratificação vigentes, seriam a “classe média e mesmo classe alta” do Brasil que o governo diz ter sido o protagonista dos protestos. Mutatis mutandis, chegamos a contradição em que a oposição entre classe média versus classe trabalhadora revela que a classe trabalhadora, especialmente o setor operário industrial, é que seria a classe média potencialmente fascista!

Por isso podemos afirmar que as “classes médias” não existem. Elas são os produtos ideológicos do desenvolvimentismo, do imperialismo e das formas de governo e pesquisas de mercado. O conceito vazio de “classe média” (ou agrupamento do meio) expressa a negação da luta de classes e da dominação do capital sobre o trabalho, uma vez que o capital desaparece da sociedade, dos critérios de estratificação, aparecendo apenas o “consumidor” abstrato. David Rhodes, jornalista do *New York Times* e ganhador do prêmio Pulitzer apresenta exatamente essa dimensão ideológica do conceito de classe média num dos seus textos: *“Por décadas, glorificar a classe média tem sido o marco da política americana. Os candidatos prometem defender a classe média e acusam seus adversários de traí-la. Mas o que, exatamente, é a ‘classe média’?”*⁶ Ou seja, a noção de classe média é um componente fundamental da política do Império, dos países centrais, mas mesmo lá ela não encontra uma definição satisfatória. O movimento para definir a classe média e medir o surgimento de uma “classe média global” partiu da OCDE e da ONU, que em janeiro 2010 lançaram os critérios para tal definição e medição no documento *“The emerging middle class in developing countries”*, de autoria de *Homi Kharas*; ainda em 2010 o governo dos EUA organizou uma força tarefa com a missão de buscar uma definição, e publicou *“Middle class in America”*. O jornalista David Rhodes observa, não sem uma ponta de ironia que

⁶ David Rhodes, **What do we mean by “middle class”?**

"O mais próximo que a força-tarefa chegou de uma definição de classe média foi o relatório Classe média na América. O estudo não dá um nível de renda exata para a "classe média". Ao invés disso, ecoando estudos acadêmicos sobre o assunto, conclui o documento que "as famílias de classe média são definidas mais por suas aspirações do que sua renda. O relatório lista as aspirações típicas da classe média norte-americana como "aquisição de casa própria, um carro, a educação universitária de seus filhos segurança, saúde e aposentadoria, e férias ocasionais em família. A obtenção destes objetivos é mais difícil para as famílias de classe média americanas do que tem sido em décadas anteriores, argumenta o relatório, porque o custo dos cuidados de saúde, ensino superior e habitação subiram muito mais rápido do que os salários" (Rhodes, 2011).

Vemos sem muita surpresa que os critérios que fazem parte da vaga noção de "classe média" nos EUA são coincidentemente os mesmos que os empregados pela ABEP e assimilados pelos órgãos governamentais: propriedade de uma casa, satisfação de necessidades básicas de saúde e educação e consumo de bens não-duráveis⁷. Dessa forma o conceito de classe média nos EUA sugere um "cidadão comum" e nada mais que isso, e esta é definida de forma subjetiva pelo "desejo de ter" e não pelo fato de ter. Mas o documento da OCDE é ainda mais explícito, pois ele é que cria os critérios de definição da classe média global que estaria surgindo nos países em desenvolvimento. E o núcleo dessa ideologia está aí explicitado:

"A classe média tem desempenhado um papel especial no pensamento econômico ao longo dos séculos. Ela surgiu da burguesia no final do século XIV, um grupo que, embora ridicularizado por alguns por seu materialismo econômico, forneceu o impulso para uma expansão da economia de mercado capitalista e do comércio entre nações. Desde então, a classe média tem sido considerada como a fonte de empreendedorismo e inovação, as empresas de pequeno porte que fazem uma economia moderna prosperar. Valores da classe média também enfatizam a educação, o trabalho e a poupança. Assim, a classe média é a fonte de todos os insumos necessários para o crescimento em uma economia neoclássica - novas idéias, acumulação de o capital físico e acumulação de capital humano" (Kharas, 2010)

Eis que, finalmente, o rei está nu. A classe média é tipo ideal de capitalista, o modelo de família-unidade empreendedora do capitalismo concorrencial, ilustrada, que inova e acumula, que não somente aspira esse padrão de vida (como indica o governo dos EUA), mas que o realiza pela sua renda. A classe média seria assim a pequena-burguesia contemporânea. Esquece o documento da OCDE de indicar que a propriedade que definia a burguesia não era de valores de uso (como uma casa), mas de valores de troca, ou seja, capital. Esse documento tenta transformar todos os que satisfazem necessidades básicas em pequeno-burgueses,

⁷ Como veremos adiante, esses valores são tão gerais que não são somente aspirações de uma sociedade burguesa, na realidade estão profundamente imbricadas no "direito de existência" que constituiu as práticas revolucionárias de baixo em diferentes momentos.

subvertendo o próprio conceito, rebaixando-o para fazer com que todos se auto identifiquem como pequeno-burgueses. O objetivo da OCDE é mostrar então que nos países em desenvolvimento teremos em 30 ou 40 anos uma sociedade tão desenvolvida, ou seja, pequeno-burguesa e eurocêntrica, quanto na Europa e EUA.

Por isso as teses da classe média não pretendem ser científicas. Elas pretendem ser úteis. **A função da noção e ideologia da classe média** não é tornar claro quem pertence à classe média, mas sim tornar impossível ver quem pertence a qualquer outra definição de classe (trabalhadora, burguesia e mesmo pequena-burguesia, diluindo essa noção e confundindo-a com quem tem propriedades elementares à sobrevivência), pois pretendem mostrar que os ideais capitalistas estariam sendo assimilados e o mundo todo sendo transformado numa república de pequeno-burgueses, à imagem e semelhança do que supostamente são Europa/EUA. E nesse sentido a classe média, brasileira e global, existe e não existe; ela existe como instrumento de saber e poder, como forma de impor uma visão de mundo e um projeto de governo; ela não existe como agrupamento sociológico real, pois ninguém consegue defini-la. E por não conseguirem encontrar na realidade, eles reduzem os níveis de renda para que os pobres transformem-se em classe média simplesmente por comprar uma geladeira ou um carro.

Apontamos aqui algumas as fragilidades de natureza teórica e metodológica das caracterizações governamentais e empresariais no Brasil. Resta ainda a tarefa de sistematizar uma análise alternativa para esta mesma realidade.

Abep. Critério de Classificação Econômica Brasil 2015.

Kharas, H. The emerging middle class in developing countries. OECD Development Centre Working Papers. 2010.

Neri, M. A Nova Classe Média: O lado brilhante dos pobres (The New Middle Class: The Brilliant Side of the Poor). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Políticas Sociais. 2010

Rdcm. Relatório de definição da classe média no Brasil. Sae. Brasília: Governo Federal 2012.

Rhodes, D. What do we mean by “middle class”? Reuters 2011.